



QUALIFICAR O CENSO ESCOLAR NO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARROIO GRANDE/RS: AÇÃO ARTICULADA E CONTÍNUA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Paola Barros da Cunha de Carvalho¹

Maria Beatriz Luce²

INTRODUÇÃO

O Censo Escolar, realizado anualmente nas escolas brasileiras, públicas e privadas, dá origem a uma importantíssima base de dados, que é administrada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, em colaboração com as secretarias estaduais e municipais de educação, para servir à gestão da Educação Básica em todos os âmbitos do Sistema Nacional de Educação. É fonte de informações para a elaboração e acompanhamento do Plano Nacional de Educação, como dos correspondentes planos estaduais e municipais. Assim serve também para as definições e avaliações de políticas curriculares, de valorização dos educadores, de fomento e de financiamento federativo. É, pois, um imprescindível subsídio para a gestão escolar, seja para estudos sobre a localização e necessidades da infraestrutura dos estabelecimentos de ensino ou para a atualização dos projetos político-pedagógicos, suas metas e prioridades, e até para a autoavaliação institucional de cada órgão e unidade dos sistemas estaduais e municipais de ensino.

Neste artigo, apresentamos uma ação de formação profissional continuada, efetivada de modo articulado entre a equipe técnica da Secretaria de Educação e os gestores das escolas do município de Arroio Grande, visando

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Pampa, Campus Jaguarão, RS. Coordenadora Pedagógica do Ensino Fundamental na Secretaria Municipal de Educação de Arroio Grande, RS. E-mail: pembcunha@gmail.com

² Doutora em Educação pela Michigan State University. Docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pampa, Campus Jaguarão, RS, e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. E-mail: lucemb@unipampa.edu.br e lucemb@ufrgs.br



qualificar a coleta e o registro de dados no Censo Escolar; e, por conseguinte, aprimorar o desenho das políticas públicas e a gestão de todos os órgãos e unidades desse Sistema Municipal de Educação.

O projeto teve origem em uma pesquisa diagnóstica da primeira autora deste artigo e foi desenvolvido no Mestrado Profissional em Educação, na Universidade Federal do Pampa - Campus Jaguarão, com orientação da segunda autora. Todavia, é justo destacar o apoio institucional e a atuação de todos/as os/as participantes, adiante discretamente mencionados. Os estudos e atividades práticas, desenvolvidos em rodas de conversa e oficinas de trabalho entre as diretoras das escolas municipais e o/as profissionais que coordenam o processo censitário, além de outras funções de gestão do sistema municipal de educação, produziram efeitos já durante o ciclo de 2022-2023. Além disso, há a expectativa de que essa formação profissional realizada em serviço seja continuada, para fortalecer a gestão das escolas públicas.

Com o propósito de compartilhar o problema percebido e as concepções e vivências desse projeto, estruturamos o artigo com breves informações sobre o contexto, o Censo Escolar, as ações planejadas e algumas considerações reflexivas.

CONTEXTO E PROBLEMATIZAÇÃO

O município de Arroio Grande está localizado ao sul do Estado do Rio Grande do Sul, na fronteira com o Uruguai. Possui 17.558 habitantes (IBGE, 2022) e tem 17 escolas públicas e 3 escolas privadas. Das 8 escolas estaduais, 2 oferecem Ensino Médio; e a Educação Superior é somente por polos de instituições privadas.

A rede municipal possui 9 escolas – 3 de Educação Infantil e 6 de Ensino Fundamental –, das quais 3 estão localizadas em zona rural. Em 2023, essas instituições atenderam a 1200 alunos – 427 na Educação Infantil e 773 no Ensino Fundamental, contando com 138 professores, dos quais apenas 103 são efetivos e 17 têm cargos de direção, vice-direção e supervisão escolar (INEP, 2023).



Em diagnóstico da educação no município, percebemos algumas inconsistências entre dados publicados nos Indicadores Educacionais e registrados na SME. O que primeiro chamou a atenção foi o fato relativo à formação docente, pois desde 2011 a Lei Municipal exige licenciatura para ingresso na carreira e sabia-se de apenas uma (01) professora sem curso superior, com cargo em extinção. No entanto, os dados disponíveis no Educacenso (2020) revelaram que 46,7% dos professores da Educação Infantil, 24,6% dos anos iniciais e 15,9% dos anos finais do Ensino Fundamental não possuíam curso superior completo. Também surpreendeu ler que 86,4% dos docentes não tivessem formação continuada de ao menos 80 horas, porque a SME oferece essas atividades anualmente.

Daí começamos uma pesquisa sobre o motivo dessas inconsistências e como poderíamos contribuir para sistemas de informação fidedignos, permanentemente atualizados e, também, valorizados na gestão das escolas e da política educacional local. Surgiu, então, o projeto de intervenção que envolveu revisão do processo de coleta de dados pelas escolas, atenção às datas de atualização e, quando necessária, a correção de eventuais erros nos registros. Vale destacar que este trabalho tomou como princípio a formação continuada dos gestores escolares e dos profissionais que atuam na SME.

O CENSO ESCOLAR

O Censo Escolar teve início há muitas décadas com formulários impressos encaminhados pelo INEP às secretarias estaduais de educação e destas às escolas para serem preenchidos e depois devolvidos. Era um processo moroso, que causava a publicação tardia de estatísticas e certa margem de erros; por isso foi progressivamente modernizado. Com a criação do Sistema Educacenso, em 2007, a inserção de dados tornou-se *online* e há uma atualização dos instrumentos e do sistema a cada ano para atender às demandas de informações consideradas essenciais para a educação (BRASIL, 2015).

O Censo Escolar oferece uma radiografia detalhada do sistema



educacional brasileiro em suas condições de oferta educacional, situação dos alunos, movimento e rendimento escolar. Por isso consideramos importante uma observação atenta desses dados, tanto para a gestão da educação municipal quanto para a gestão escolar; e, assim, em visão sistêmica, essas instâncias poderão colaborar para um planejamento mais condizente com a dinâmica da sua realidade, de face aos preceitos políticos e educacionais.

AÇÃO FORMATIVA ARTICULADA

Depois de perceber que as informações sobre a formação docente não correspondiam à realidade, vimos que era mais amplo o problema de qualidade dos dados e desenhamos uma ação de pesquisa e formação continuada, articulando profissionais da SME e das escolas.

O segundo passo foi enviar às escolas municipais um questionário digital, para reconhecer quem seriam os usuários do Sistema Educacenso, avaliar a compreensão das suas funcionalidades e identificar dificuldades e facilidades no processo de coleta e inserção de dados. Houve boa participação, pois apenas uma escola rural não o respondeu. Assim, pelo questionário já conseguimos mapear a inexistência ou escassez de pessoal nas secretarias escolares e a sobrecarga da equipe gestora para realizar um trabalho eficaz.

Com isso, formou-se um grupo com pessoas das escolas e da equipe técnica e pedagógica da SME. Foram realizadas 6 reuniões presenciais na sede da SME, com rodas de conversa, estudos sobre o Censo Escolar e oficinas práticas. Nesse contexto, notamos que as gestoras escolares de Arroio Grande tinham atividades de superusuário do Educacenso, mas não participavam de cursos regularmente ofertados pelo INEP. Assim, questionamos: há barreiras na comunicação sobre essas oportunidades e responsabilidades ou falta de condições – tempo e acesso a tecnologias – para participar ou, meramente, falta de motivação?

Ficou evidente a necessidade de que mais informações sobre o Censo Escolar cheguem a todas as pessoas envolvidas, desde a coleta de dados ao



preenchimento da plataforma Educacenso; e, mais, é preciso que o Censo Escolar seja mais valorizado, seja com os dados brutos de suas unidades escolares ou com os resultados publicados em tabulações e gráficos, os quais podem subsidiar as unidades de ensino no planejamento e na avaliação institucional e do sistema municipal de educação.

Em relação ao Educacenso, há queixas de que o registro dos dados é moroso e há frequente travamento do sistema, ou seja, trata-se da questão problemática das configurações dos computadores e da qualidade da conexão à internet nas escolas, além da habilitação das pessoas que operam na plataforma.

Para melhorar a eficiência no registro como a qualidade dos dados, entendemos que há a necessária urgente de mais padronização da documentação escolar e da consistência entre a informatização local e o próprio Educacenso.

Reforçamos, ainda, a relevância de uma formação continuada para todos os profissionais da educação municipal relativamente à análise, compreensão e utilização dos relatórios gerados, promovendo especialmente a capacitação dos gestores escolares.

COMPARTILHANDO REFLEXÕES

Como fazer um pertinente planejamento da gestão escolar, orientar o trabalho pedagógico ou oferecer assistência técnica e administrativa, sem dados coletados com qualidade, sistematizados com cuidado, analisados criteriosamente e divulgados de maneira democrática?

Enfrentando os problemas nos dados, ficou destacada a importância de parceria entre as direções escolares e a assessoria pedagógica e administrativa da SME. O reconhecimento do trabalho contínuo e laborioso de coleta, registro e análise dos dados é fundamental para que estes sejam uma fonte legítima de informações e bem (re)conhecida por todos os profissionais que atuam nas escolas e na gestão municipal da Educação.

Durante a realização do projeto de intervenção, os participantes perceberam grande melhoria na qualidade dos dados apresentados ao Censo



Escolar, mas também ficaram com a expectativa de que este tenha sido apenas um ponto de partida para mais oportunidades de estudos e pesquisas coletivas, especialmente em preparação para o próximo Plano Municipal de Educação em 2024.

REFERÊNCIAS

Estão diretamente no texto, em hiperlinks.